



Programa de Monitoria  
de Responsabilização Social  
nos Municípios.



# Mapeamento Inicial de Base

## MuniSAM

MUNICÍPIO DE CHIÚRE

Aly Elias Lálá e Deborah Capela de Oliveira | MuniSAM | Outubro 2016

## Índice

Sumário Executivo .....	2
Introdução .....	5
O Município de Chiúre.....	5
A SITUAÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO SOCIAL POR COMPONENTE .....	9
COMPONENTE A – Maior resistência às Mudanças Climáticas e sistemas sustentáveis de Gestão de Resíduos sólidos urbanos .....	9
COMPONENTE B – Gestão Financeira.....	155
COMPONENTE C – Governação Municipal e Participação dos cidadãos .....	211
Conclusões e Reflexões Finais .....	27
Anexos.....	300
Anexo A - Bibliografia .....	300
Anexo B - Lista de Entrevistados.....	311

## Índice de Figuras

Figura 1 – Sinalização colocada pelo Município que proíbe o depósito de lixo numa das vias de Chiúre .....	8
Figura 2 – Amontoado de lixo numa das vias da Vila perto de uma escola e de um Mercado .....	10
Figura 3 – o Vereador de Educação, a Vereadora do Meio Ambiente e o Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Municipal durante a entrevista com a equipa.....	13
Figura 4 – Vereador de Administração, Economia e Finanças do Conselho Municipal de Chiúre.....	16
Figura 5 – Presidente do Conselho Municipal de Chiúre .....	17
Figura 6 – Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Municipal .....	20
Figura 7 – Chefe da Comissão de Finanças da Assembleia Municipal de Chiúre .....	24
Figura 8 – Presidente e Vice-presidente da Assembleia Municipal junto do edifício do órgão legislativo.....	25

## LISTA DE ABREVIATURAS

MuniSAM	Programa de Monitoria de Responsabilização Social ao nível dos Municípios
SAMCom	Comité de Monitoria de Responsabilização Social
PRODEM	Programa de Desenvolvimento Municipal
PDA	Programa de Desenvolvimento Autárquico
ANAMM	Associação Nacional dos Municípios de Moçambique

CM	Conselho Municipal
AM	Assembleia Municipal
OIDP	Observatório Internacional de Democracia Participativa
FMI	Fundo Monetário Internacional
OSC	Organizações da Sociedade Civil
DUATS	Direito de Uso e Aproveitamento de Terras
MAE-FP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
IPA	Imposto Pessoal Autárquico
IPRA	Imposto Predial Autárquico
AMA	Associação do Meio Ambiente
WIWANANA	Fundação que trabalha na área da saúde em Chiúre – significa “entendimento” em Macua
ASSOCAP	Associação Casa do Povo

## AGRADECIMENTOS

A CONCERN Universal Moçambique endereça um especial agradecimento ao Presidente do Conselho Municipal da Vila de Chiúre, o qual abriu as portas da instituição que dirige e facilitou o acesso aos entrevistados e à documentação relevante. Ao Chefe do Gabinete do Presidente, aos Vereadores contactados e a toda equipa do Conselho Municipal, à Assembleia Municipal, à Rádio local, e aos representantes da sociedade civil por nós contactados o nosso muito obrigado por nos terem fornecido notas importantes que servirão como referência à equipa na utilização da abordagem de responsabilização social no âmbito do Programa de Desenvolvimento Municipal - PRODEM.

A todas as pessoas e entidades que partilharam connosco a sua opinião e contributo tornando possível o presente mapeamento, **Muito Obrigado em nome de toda a equipa MuniSAM.**

## Sumário Executivo

O presente relatório é referente a um exercício de Mapeamento Inicial no âmbito da implementação do Programa MuniSAM – Programa de Monitoria de Responsabilização Social ao nível dos Municípios, integrado a partir de Janeiro de 2016 no PRODEM – Programa de Desenvolvimento Municipal, um programa do Governo de Moçambique que conta com o apoio de quatro parceiros internacionais de desenvolvimento (Dinamarca, Suíça, Suécia e Irlanda). O MuniSAM está integrado dentro da componente de Participação do Cidadão, a Componente C, mas também é implementado numa perspectiva transversal, abrangendo, deste modo, as Componentes A (maior resistência às Mudanças Climáticas e sistemas sustentáveis de Gestão de Resíduos sólidos urbanos) e B (Gestão Financeira) do PRODEM.

O relatório de mapeamento inicial pretende oferecer uma descrição detalhada da actual situação da capacidade e engajamento entre Conselho Municipal, Assembleia Municipal e Municípes em volta dos processos de gestão dos recursos públicos e no nível de satisfação das necessidades dos Municípes através da provisão de serviços públicos aos mesmos. As constatações do presente Relatório serão também utilizadas para comparar o progresso que venha a ser alcançado pelo Programa MuniSAM, para efeitos de monitoria e avaliação e de medição de impacto

Cada uma das secções e subsecções do relatório pretende fornecer um retrato abrangente sobre a actual situação no que respeita à capacidade de envolvimento no nível municipal, entre órgãos municipais e municípes, mas, mais especificamente, o relatório procura avaliar a capacidade das partes interessadas para participarem efectivamente em torno dos processos de Responsabilização Social que dizem respeito às três Componentes A, B e C do PRODEM. O relatório foi estruturado de modo a fornecer um conjunto de constatações de base relativas a cada uma das Componentes referidas.

Para que a análise fosse possível foi consultada uma série de documentação relevante e estabelecidos contactos com intervenientes e partes interessadas chave em Chiúre. A visita de campo ao Município de Chiúre foi realizada entre os dias 24 e 27 de Outubro de 2016. Foi também efectuada uma análise aprofundada ao quadro jurídico-legal e institucional relacionado com cada um dos processos de responsabilização social no nível municipal e as normas aplicáveis a cada um dos processos de responsabilização social foram mapeadas.

De forma geral, achamos importante realçar o facto de Chiúre ser um Município nascido na última geração (2013) o que faz com que, conseqüentemente, ainda enfrente muitos desafios no que diz respeito: ao entendimento comum sobre o processo de municipalização; ao domínio sobre matérias de gestão municipal (tanto ao nível dos órgãos municipais quanto dos municípes); à insuficiência de recursos humanos com conhecimento técnico aprofundado sobre todas as matérias envolvidas na gestão do município; e o ainda, insuficiente nível de conhecimento e habilidades necessárias (principalmente nas áreas ambientais e de gestão financeira) para ultrapassar os desafios sentidos. Os primeiros quatro anos de municipalização foram assim caracterizados por enormes desafios como, por exemplo, a falta de água potável, o saneamento do meio deficitário, o desordenamento territorial, enormes desafios no sistema de arrecadação e geração de receitas e o crescente índice de desemprego.

Os Vereadores contactados demonstraram um bom nível de abertura, não apenas perante o exercício bem como da iniciativa no seu todo, demonstrando também que, apesar do aparente conhecimento sobre as matérias por si geridas este elenco ainda carece de muito apoio e capacitação para melhor exercerem as suas funções e para estabelecer pontes mais sólidas com os municípes e os bairros. Por sua vez os

membros da AM de Chiúre enfrentam ainda muitas carências em termos de capacitação e assumem-se abertos a um apoio que consideram crucial para o desempenho das suas funções.

As intervenções da sociedade civil estão totalmente centradas para o nível distrital, e, de facto, não existe nenhum grupo cívico que trabalhe em matérias de Responsabilização Social nem ao nível do Município – segundo o Gestor da Wiwanana esta situação prende-se com o facto de o Município ser recente mas as organizações da SC já estarem no distrito há mais tempo e não pelo facto de existir dificuldades de trabalho ao nível do Município. Esta ausência de uma sociedade civil organizada é sentida pelos órgãos municipais como um desafio para o desenvolvimento do Município e remete-os a uma carência no contacto e maior aproximação com a comunidade.

A última secção do presente documento aborda com maior detalhe e explicação as constatações por cada uma das componentes do PRODEM.

## Introdução

A 20 de Dezembro 2012, o Governo de Moçambique aprovou, através da Resolução n.º 40/2012, a Política e Estratégia de Descentralização (PED) que se fundamenta nos princípios constitucionais com base na Lei e na experiência prática de descentralização e combina vários processos que se desenvolvem em sinergia para garantir a participação das comunidades, o desenvolvimento local e a melhoria da prestação de serviços. A PED estabelece que em Moçambique a descentralização é feita através: (i) das Autarquias Locais (ALs); (ii) dos Órgãos Locais do Estado (OLEs); e, (iii) das Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCCs).

As autarquias locais são pessoas colectivas públicas dotadas de órgãos representativos próprios, que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado (n.º 2 do artigo 1 da Lei n.º 2/97, de 18 de e n.º 1 do artigo 70 da LEBOFA) e desenvolvem as suas actividades no quadro da unicidade do Estado.

O processo de Municipalização em Moçambique teve início em 1997 com o principal objectivo de combater a pobreza no país através do estabelecimento de Autarquias e da desconcentração dos poderes centrais do Estado para instituições locais autónomas, mais próximas dos cidadãos que pudessem responder de forma mais eficiente às necessidades dos mesmos através do aumento, e da melhoria, da prestação de serviços a nível local. Este foi um processo gradual que teve até então 3 fases principais nas quais: em 1998 quando foram criadas as primeiras 33 autarquias; em 2008 quando nasce uma segunda geração de 10 autarquias; e, em 2013, quando mais 10 autarquias foram criadas perfazendo assim um total de 53 autarquias.

Bernhard Weimer<sup>1</sup>, argumenta que apesar das dificuldades sentidas a municipalização em Moçambique tem vindo a trazer algumas mudanças nos últimos 20 anos, sejam elas, entre outras, a implementação de processos de planificação e orçamentação a nível local, progressos consideráveis na prestação de serviços básicos (apesar da evidente escassez de recursos), a criação de um enquadramento fiscal para as autarquias e, o estabelecimento de eleições municipais como parte da agenda política nacional. Importa no entanto salientar, os desafios apontados pelo autor como seja: a evidente falta de recursos humanos, financeiros e infra-estruturais dos Municípios (principalmente nas áreas de capacidade técnica, uso de terra, gestão ambiental, justiça e governação); a gestão transparente das finanças municipais; os processos de geração de receitas; e, a ausência, na estratégia de descentralização nacional, de políticas que reflectam as ideias, interesses e

---

<sup>1</sup> Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados. IESE, Organização Bernhard Weimer (vários autores), 2012.

preferências estratégicas não apenas do Estado Central mas também das Autarquias locais, bem como da sociedade civil local.

O contexto actual em Moçambique tem sido pautado por instabilidade a todos os níveis, político-militar<sup>2</sup> e económico-financeira causada por uma crise sem precedentes no país na gestão de recursos públicos. Segundo uma apresentação feita pelo Ministério das Finanças aos Credores, em Outubro de 2016, o crescimento em Moçambique diminuiu no ano 2016 e a última previsão de crescimento do PIB real reflecte uma queda para 3,7% como resultado: da queda das receitas de exportação devido à moderação dos preços globais de mercadorias, especialmente alumínio e carvão, principal produto de exportação do país; do menor influxo de Investimento Estrangeiro Directo relacionado com o atraso nos investimentos dos megaprojectos devido aos baixos preços das mercadorias; da baixa produtividade agrícola devido à seca causada pelo "El Niño", que também resultou no aumento da pressão inflacionária; da redução das despesas públicas; e, do aumento da tensão política.

Tudo o acima discutido, tem efeitos consideráveis na vida do cidadão comum e constitui um cenário no qual o movimento de Responsabilização Social pode jogar um papel ainda mais importante ao promover a aproximação entre governados e governantes criando condições de colaboração e trabalho conjunto e promovendo a criação de novos espaços democráticos para um engajamento marcado por uma abordagem de diálogo construtivo entre todos os actores municipais. Numa altura de instabilidade é importante continuar a olhar para iniciativas de Responsabilização Social como uma abordagem que promove um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável<sup>3</sup>.

Acreditamos que iniciativas como o PRODEM podem contribuir não apenas para reforçar o quadro institucional das autarquias abrangidas mas também responder às lacunas existentes na implementação de mecanismos de engajamento cívico os quais inibem o desenvolvimento local e a boa governação almejados. O pressuposto principal do MuniSAM é que com o reforço das capacidades de engajamento dos municípios a pressão cívica exercida sobre os órgãos municipais irá aumentar e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos serviços municipais prestados. A experiência do MuniSAM até agora demonstrou que iniciativas de Responsabilização Social e engajamento cívico podem melhorar a governação municipal e os processos de gestão de recursos públicos. O desafio permanece, sem dúvida, em assegurar a institucionalização de mecanismos de participação conduzidos pelos actores cívicos para que as intervenções de Responsabilização

---

<sup>2</sup> Moçambique vive uma situação de incerteza política com conflitos armados entre o Governo e o maior partido da oposição, RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) sobretudo nas Províncias do Centro e Norte do país (Sofala, Tete, Zambézia, Nampula e mais recentemente Niassa).

<sup>3</sup> Reflections on Social Accountability, Catalysing democratic governance to accelerate progress towards the Millennium Development Goals. UNDP (2013).

Social possam ser traduzidas em benefícios reais para as mulheres e homens, rapazes e raparigas, munícipes de Moçambique.

O Governo por seu lado, demonstra compreensão sobre a necessidade de, no que diz respeito à melhoria da estratégia de descentralização no país, aumentar a capacidade, a transparência e a Responsabilização Social na gestão (obtenção e utilização) de recursos municipais, pensamento que se reflecte nos discursos e intervenções de vários órgãos do Estado como por exemplo o da Ministra da Administração Estatal e Função Pública quando argumenta que “*a política de descentralização de Moçambique tem como o principal enfoque a governação participativa*”.

Parece-nos ainda, porém, que a visão estratégica do processo de municipalização em Moçambique não é de igual clareza e entendimento para todas as partes interessadas e actores no processo, principalmente a nível local (Municípios) onde ainda é possível encontrar alguma resistência por parte dos gestores municipais na adopção destes princípios e abertura para com iniciativas desta natureza. Permanecem ainda, desafios tanto no nível de controlo na gestão da coisa pública quanto na participação cívica.

### O Município de Chiúre

O Município da Vila de Chiúre foi criado ao abrigo da Lei nº 11/2013, de 3 de Junho, situa-se a sul da Província de Cabo Delgado e tem uma área de 143,6 km<sup>2</sup> com cerca de 75,724 habitantes, segundo o Censo de 2007. As línguas faladas pelas comunidades do Município de Chiúre são maioritariamente o Emakhua e o Português e predominam as religiões muçulmanas e cristãs. O Município está dividido em 12 bairros Municipais, nomeadamente: Milamba, Micone, Namissir, Meriha, Namiuta, Cimento, Nahavara, Miralene, Muajaja, Lusaka, Ncuerete e Titimar.

A economia do município é impulsionada pelo comércio informal de diversos artigos e a agricultura de subsistência para combater o desemprego crescente que afecta maioritariamente os jovens de Chiúre. O comércio informal como resultado do auto emprego da comunidade de Chiúre tem-se tornado numa das principais fontes de receitas da edilidade. Para além do desemprego as comunidades de Chiúre enfrentam grandes desafios devido à falta de água potável e para consumo e os moradores de diversos bairros, sobretudo das comunidades que circundam a vila, são obrigados a percorrer longas distâncias para obterem o precioso líquido. Esta situação faz com que a maior parte dos residentes consuma água imprópria o que consequentemente resulta na contracção de doenças hídricas.

Aliado ao défice no abastecimento de água potável, o saneamento do meio é preocupante pois a recolha de resíduos sólidos é feita de forma deficitária devido à escassez de meios circulantes. O município, que conta apenas com um tractor ainda

não dispõe de uma lixeira municipal e conta com um hospital rural, a única unidade sanitária que atende os residentes daquela região.



Figura 1 – Sinalização colocada pelo Município que proíbe o depósito de lixo numa das vias de Chiúre

A rede eléctrica ainda é precária, havendo frequentemente restrições no seu fornecimento – os munícipes que vivem distante da vila não têm electricidade nas suas respectivas casas, e os que dispõem dela não a recebem nas condições desejáveis. A nível do município, as questões relacionadas com estradas e ordenamento territorial são um problema bem patente. No que toca ao melhoramento das vias públicas, ainda há muito por ser feito. Aliado à precariedade das vias públicas, está o problema da falta de ordenamento territorial em alguns bairros periféricos – construções desordenadas com materiais não convencionais.

*“No dia-a-dia o que mais aflige os nossos munícipes é a falta de energia da rede nacional, temos bairros que vivem com grandes dificuldades porque não tem sequer um posto de energia lá, não tens sequer uma lâmpada. Havíamos projectado isso no nosso plano mas não temos fundos de investimento para aquisição de PTs. Quanto ao abastecimento de água achamos que existe uma esperança mas não sabemos se é seguro que seja dentro deste ano. Neste momento uma empresa chinesa está a construir tanques mas não temos certezas porque não sabemos se nos locais de perfuração vão encontrar água suficiente para abastecer a todos os nossos munícipes.”*

(Casimiro Portugal – Presidente do Conselho Municipal de Chiúre)

Segundo o Gestor da Fundação Wiwanana os principais desafios de saúde são resultado do facto de este ser o distrito mais populoso de Cabo Delgado. O principal problema é a malária pois ainda existe um índice muito alto. Regista-se também um alto índice de mortalidade materno-infantil, um problema verificado em toda a província ligado a factores culturais muito fortes (gravidezes consecutivas e sem planeamento familiar) e a má nutrição crónica das crianças, raparigas e rapazes, mulheres e homens – um problema também a nível da província pois comunidades produzem mas não consomem pois vendem tudo.

O Conselho Municipal é liderado pelo partido FRELIMO e tem 5 (cinco) vereações: Infra-estrutura e Urbanização, Polícia Municipal, Administração, Finanças e Economia, Meio Ambiente, Salubridade, Saúde e Mulher e Acção Social e Educação, Cultura, Desporto e Juventude; já a AM é composta por 17 membros – dos quais 02 do MDM, 14 da FRELIMO e 01 do Partido MONARRUMO (Um partido local que começou por ser registado em Pemba como Associação Artesanal Wiwipi Pemba).

## A SITUAÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO SOCIAL POR COMPONENTE

### COMPONENTE A - MAIOR RESISTÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A presente subsecção procura avaliar o grau de engajamento dos cidadãos nas matérias abrangidas por esta componente, olhando, entre outras, para as seguintes dimensões:

- A existência de grupos cívicos que trabalham em matérias ambientais e de espaços de diálogo apropriados;
- O grau de entendimento, conhecimento e capacidade de munícipes e órgãos municipais à volta de questões ambientais;
- A existência de planos específicos e a sua monitoria pelos cidadãos;
- A divulgação de informação relevante pelos órgãos municipais;
- Existência de boas práticas e locais de tratamento de resíduos sólidos;
- A actual situação de ordenamento territorial.

#### Situação actual da Gestão de Resíduos Sólidos no Município

1. Os principais desafios ambientais enfrentados por Chiúre estão relacionados à incapacidade do Município de fazer a sua própria gestão de resíduos sólidos devido à ausência tanto de meios de transporte e de recursos humanos para realizar a recolha como de locais para deposição – o projecto aprovado pelo PRODEM é a aquisição destes meios – e, à erosão nos bairros municipais

onde, segundo o Vereador de Finanças chega a haver sítios onde já não é possível passar.

2. A Vereadora do Meio Ambiente explica que, no que diz respeito à gestão de resíduos sólidos os munícipes têm lugares que foram identificados pelo CM para depositar o lixo e que depois o carro passa a recolher. Este serviço é actualmente realizado por uma empresa local que, segundo o Vereador de Finanças é subsidiado pelo CM através do fundo de compensação autárquica. Segundo o Presidente do CM, ainda sobre este serviço, esta representa uma grande preocupação para o Conselho Municipal da Vila de Chiúre pois ao em vez de estarem a pagar este serviço a uma empresa deveriam estar a usar os recursos deste fundo para outras necessidades.

*“Principais problemas ambientais a nível do Município que noto é a questão de resíduos sólidos pois há falta de locais para deposição de lixo, não há contentores, só se coloca em molhos na estrada para o município passar a buscar e depois a venda de produtos na estrada sem nenhum tipo de higiene nem controle perto do lixo causam doenças às comunidades.”*

(José Manuel Cabuela – Técnico da AMA)



Figura 2 – Amontoado de lixo numa das vias da Vila perto de uma escola e de um Mercado

3. O Vereador de Finanças explica que recebem muitas críticas dos munícipes por contratarem o serviço de gestão de resíduos sólidos mas que por outro lado os munícipes *“não percebem que o Conselho Municipal não tem capacidade de recolha, vimos que sozinhos não era possível porque o nosso*

*tractor está avariado mas a comunidade sempre acha que não é correcto porque esse dinheiro poderia responder a outras necessidades”.*

4. Não possuem um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos – um instrumento que muito fará sentido aquando da aquisição de meios de recolha de resíduos e início da própria gestão de resíduos sólidos pelo Município.
5. Por fim, não existe, em Chiúre, nenhuma actividade de separação e reciclagem de resíduos sólidos a nível do município.

#### Situação actual de Ordenamento Territorial no Município

6. A Vereadora do Meio Ambiente aclara que os cada vez mais graves problemas de erosão nos bairros municipais são também consequência das acções e práticas dos Municípes como a extracção de areia em locais impróprios e a construção desordenada e com materiais precários em zonas de perigo.

*“Quando vem os vendavais e as chuvas fortes as casas desabam. A nossa população tem uma renda baixa e as casas que constroem não são muito consistentes, há construções em locais impróprios em que não dá para construir mas os municípes insistem que é ali que querem. Há casos em que se vê que a construção é que é precária mas o lugar estava em condições e há vezes que as pessoas pedem alguém para chapar a sua casa, alguém sem preparação, e depois vem os vendavais e levam as chapas.”*

(Filomena Ismail Jacu – Vereadora do Meio Ambiente)

7. O problema do grave desordenamento territorial em Chiúre está também relacionado com o facto de este ser um Município de última geração em que as pessoas não pensavam em aspectos de urbanização – segundo Vereadores contactados o PRODEM está a apoiá-los no desenho de um plano de ordenamento territorial para dois bairros de expansão cujas áreas já foram identificadas pelo CM e o PRODEM.

*“O PRODEM vai apoiar-nos na elaboração de um plano pormenor de ordenamento territorial. Este é um problema que afecta o município, o ordenamento territorial e é também a base de progressão para sairmos de uma Vila para Cidade, este é um dos objectivos, é transformar esta Vila em Cidade. Nós começamos em 2014 como Município e aqui já viviam pessoas e cada pessoa vivia como queria, agora temos de educar as pessoas a viver em município e passar para cidade.”*

(Fernando Victor – Vereador de Administração, Economia e Finanças)

8. No que diz respeito a questões de posse de terra os entrevistados explicaram que são registados muitos conflitos relacionados com o tema, agravado pelo facto de o CM ainda não emitir DUATS, o que por vezes abre espaço à dupla venda de terrenos.

*“Ainda não atribuímos DUATS mas os munícipes querem um documento de posse de terra, mas nós ainda não emitimos nem sabemos como lidar com estas matérias. Muitos munícipes vêm aqui ao CM falar dos seus problemas e é comum encontrar aqui muitos a discutir com o Vereador de Urbanização sobre estes assuntos.”*

(Filomena Ismail Jacu – Vereadora do Meio Ambiente)

9. Os maiores problemas de posse de terra têm sido a venda duplicada de terreno, em que o CM atribui o terreno a um munícipe e mais tarde outro munícipe aparece a reclamar que o terreno é seu por herança e que já vendeu a outra pessoa, e que por seu turno a outra pessoa já começou a construir.
10. Muitas situações também têm sido causadas pelos Secretários dos bairros que vendem e recolhem o dinheiro, sem comunicar com os donos das árvores de fruta que estão plantadas nesses terrenos (maioritariamente cajueiros que são importantes fontes de rendimento para as famílias a quem pertencem).

#### Situação actual de Resiliência a Mudanças Climáticas

11. Segundo Vereadores o Município é também muito afectado por mudanças climáticas, vendavais, chuvas fortes, entre outros, no entanto, não possuem um Plano de Adaptação a Mudanças Climáticas – apesar de o mesmo demonstrar ser crucial visto que é necessário encontrar-se estratégias para combater os males consequentes.
12. Esta, de acordo com os vereadores contactados, ainda é uma área de acção “nova” para o Município pelo que declararam necessitar de apoio na compreensão daquelas que são as responsabilidades do Município no que diz respeito a questões de resiliência, por um lado, e o papel dos munícipes na mitigação dos desafios causados pelas mudanças climáticas, por outro.

#### Espaços de discussão e interacção entre órgãos municipais e munícipes e divulgação de informação sobre matérias ambientais

13. A divulgação sobre informação relacionada com o meio ambiente ainda não tem um espaço específico mas o CM reúne alguns esforços visíveis para superar esta lacuna: tem um contrato com a rádio local e um programa semanal denominada “janela municipal” que passa todas as quintas-feiras e que sensibiliza os munícipes em várias matérias relacionadas com o Município; realiza reuniões públicas a nível dos bairros em que matérias ambientais são também discutidas (pelo menos trimestralmente dizem ter 1 reunião, 4 reuniões por ano previstas em cada bairro – segundo entrevistados este ano já conseguiram fazer 3 visitas que abrangeram todos os bairros municipais).

14. A informação que é divulgada é sobre a gestão de resíduos sólidos, os locais de deposição de lixo, o tratamento adequado do lixo pelos municípios, erosão e boas práticas, entre outras.
15. Em conversa com os Vereadores sobre os espaços e meios utilizados de divulgação de informação relevante foi possível perceber que o CM conta ainda com o trabalho realizado pelos membros da AM a nível dos bairros para divulgar mensagens chave e informação importante aos municípios.



*Figura 3 – o Vereador de Educação, a Vereadora do Meio Ambiente e o Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Municipal durante a entrevista com a equipa*

#### Grupos cívicos activos na área ambiental no Município

16. Segundo os entrevistados, não existem grupos cívicos que trabalham nesta área, e a bem dizer, em nenhuma área relativa à jurisdição do Município. O CM por seu lado demonstrou sentir este vazio, que segundo os vereadores causa enormes desafios quanto à aproximação, e interacção, com os municípios.
17. Com o objectivo de colmatar este vazio o Vereador de Finanças comentou que o CM pretendia avançar com a criação, a nível dos bairros, de Conselhos de Participação – segundo o Vereador os grupos foram criados mas ainda não são funcionais – que irão ter como principal objectivo ser elo de ligação entre o CM e as povoações através de reuniões e discussões em torno dos problemas dos bairros.

18. Mais tarde estes Conselhos deverão encaminhar ao CM o resultado destas interacções para que possam ser tomadas medidas que respondam aos problemas levantados. No entanto, conforme explica o vereador *“internamente estamos a encontrar uma dificuldade pelo facto de não termos pessoas capacitadas dentro do CM para passar bairro por bairro e apoiar a capacitação desse grupo”*.

#### Capacidade dos membros da Assembleia Municipal

19. De acordo com a opinião dos Vereadores contactados os membros da AM não tem capacidade para fiscalizar de forma eficiente a área ambiental, nem mesmo a de produzir sugestões e planos de acção para mitigar os desafios, apesar de, segundo os entrevistados, o CM já ter aprovado orçamento para cerca de 12 trocas de experiência para os membros da Assembleia em 12 municípios diferentes.
20. Conforme explica o Vereador de Finanças, estas trocas de experiência nunca trouxeram nenhum resultado ou impacto visível para a melhoria dos desafios enfrentados em Chiúre, mas o mesmo assume, no entanto, que parte desta falta de capacidade dos membros da AM está intrinsecamente relacionada com a falta de formação e capacitação dos mesmos sobre estas matérias.

*“Nunca tivemos formação em educação ambiental (mudanças climáticas e práticas de resiliência), ordenamento territorial e gestão de resíduos sólidos, os conhecimentos dos membros quanto a estas matérias são praticamente inexistentes, o que aprendemos foi oralmente através de trocas de experiência em outros Municípios. Nessas troca de experiência falamos sobre as realizações dos outros Municípios que nos recebem nas nunca discutimos questões de desafios e soluções para os nossos contextos.”*

(Lopes Abibo – Vice Presidente da Assembleia Municipal)

*“Não nos sentamos para formular uma pergunta para vir solucionar um problema que afecta o nosso município, deveriam ser assim as trocas de experiência, qual é o nosso maior problema no nosso município e qual é a forma como o outro município fez para solucionar o problema mas não é isso que tem sido feito.”*

(Daniel Faque – Presidente da Assembleia Municipal)

21. A Vereadora do Meio Ambiente declara ainda que os membros da AM não têm bases nem experiência para discutir estes temas pois em Chiúre só recentemente estão a ter de lidar com a gestão (e fiscalização) nesta área ambiental.
22. A título de exemplo explica: *“quando entramos aqui como Município começamos a ver que Chiúre tinha muito lixo, esta via toda não se passava nada. Só depois de nos tornarmos Município tivemos de lidar com este tema e nos apercebemos que era nossa responsabilidade, ainda estamos a aprender estas questões tudo é novo, todos estamos a ver como devemos nos envolver, trabalhar melhor, tem sido uma grande aprendizagem.”*

#### COMPONENTE B - GESTÃO FINANCEIRA

Para a presente subsecção a equipa analisou o contexto fiscal do Município de Pemba para compreender:

- A realização - a respectiva frequência - de campanhas de sensibilização fiscal;
- A tendência da cobrança de receitas e taxas municipais;
- O nível de acesso a informação tributaria municipal relevante, incluindo o acesso a informação fiscal auditada;
- O engajamento entre os órgãos municipais para abordar e discutir questões fiscais.

#### Conhecimento dos munícipes sobre a importância do pagamento de taxas e impostos municipais

23. Relativamente à familiaridade e conhecimento que os munícipes têm sobre a importância do pagamento de taxas e impostos municipais passamos a citar os seguintes entrevistados:

*“Os munícipes estão distantes desta informação [importância, e dever por parte dos munícipes do pagamento de taxas e impostos], temos grandes problemas neste jovem município. Em 2014 decidimos ao nível do CM que iríamos continuar com as mesmas taxas que a secretaria do distrito vinha cobrando nos mercados, nas barracas, nas lojas, e mesmo alguns itens nem cobrávamos. Em 2015 tentamos mudar o cenário usando outras taxas tributárias, decidimos que íamos colocar preços segundo o tipo de venda. Houve uma grande guerra nessa mudança, nós até sensibilizamos mas acredito que fomos fracos na sensibilização, usamos a rádio e promovemos alguns encontros mas não divulgámos bem. Muitos não sabem o que devem pagar, porque devem pagar, aonde devem pagar para onde vão esses pagamentos, eles não querem.”*

(Fernando Victor – Vereador de Administração, Economia e Finanças)



Figura 4 – Vereador de Administração, Economia e Finanças do Conselho Municipal de Chiúre

*“Para ser sincero os nossos munícipes ainda não tem consciência plena de que devem pagar os seus impostos para ajudar o município a desenvolver-se pois ainda somos novos nisto, os munícipes esperam que o Município lhes dê tudo, mas ainda não compreendem essas obrigações, há alguns que compreendem mas são poucos comparado com o universo dos munícipes desta autarquia.”*

(João Manuel Sinalo – Chefe da Comissão de Finanças da Assembleia Municipal)

*“Temos de fazer com o que munícipe compreenda que para exigir é preciso contribuir, qualquer coisa que o município pretende realizar precisa de fundos não basta boa vontade, prometer para se concretizar o que falamos e o que pretendemos precisamos de fundos e esses fundos devem vir da contribuição dos munícipes.”*

(Casimiro Portugal – Presidente do Conselho Municipal)

24. Conforme explica o Vereador de Finanças, o Município ainda se está a “familiarizar” com a sua tabela de taxas e impostos. O entrevistado comentou que o Município quer começar a cobrar o IPRA e a melhorar a cobrança do IPA, que não tem sido a desejável.

25. O Vereador exemplificou ainda que os pequenos comerciantes no Município acreditam que pelo facto de pagarem os seus impostos nas Finanças não têm de pagar também ao nível do Município e dá como exemplo a Fábrica de Processamento de Castanha que não paga impostos ao Município.

#### Tendência de cobrança de receitas e taxas e impostos municipais

26. O grande desafio na colecta de receitas é visível na baixa percentagem de contribuintes que cumprem com as suas obrigações fiscais municipais, que, segundo explicam o Presidente do CM, o Vereador de Finanças e também o Chefe da Comissão de Finanças da AM não chega a metade dos contribuintes, e avançam com uma assustadora perspectiva de “cerca de apenas 25%”.
27. Por outro lado, o CM não possui ainda um plano de angariação de receitas e sensibilização mas os entrevistados partilharam com a equipa que o PRODEM aprovou agora [proposta para o financiamento da Janela 1] um sistema de registo de contribuintes que o Município quer implementar – no qual está também incluso as competências para atribuir DUATS e registo de propriedade.

A subida e / ou descida das receitas, conforme foi possível apurar durante a interacção com o Presidente do Conselho Municipal está relacionada com a capacidade de venda dos produtos agrícolas das populações – oscila conforme os meses de produção – uma vez que este é um Município rural cujo rendimento do agregados é resultado da prática, na sua maioria, de agricultura de subsistência.



Figura 5 – Presidente do Conselho Municipal de Chiúre

*“Durante o ano oscila durante os meses porque o nosso município é rural e há momentos no ano que os munícipes têm mais recursos porque as suas vendas aumentam e aí sente-se subida nas receitas. É possível ver estas descidas e aumentos através dos mapas partilhados pelo CM. O CM faz um resumo trimestral das receitas e facultam nas sessões da AM para discutir com os presentes.”*

(João Manuel Sinalo – Chefe da Comissão de Finanças da Assembleia Municipal)

28. Quanto à tendência no nível de cobrança de receitas no exercício anterior e no exercício em curso, o Vereador de Finanças mencionou que se tem verificado alguma subida, e que de facto, pouco a pouco, e a cada ano que passa a receita tende a subir um pouco mais pois *“as pessoas estão aos poucos a familiarizar-se com este tema e com as suas obrigações fiscais.”*

#### Realização de campanhas de sensibilização fiscal

29. O CM tem realizado encontros públicos (nos bairros e nos mercados) e difundido programas na rádio local com o objectivo de sensibilizar os munícipes sobre a importância de pagar impostos e sobre informação de quais as taxas e impostos que devem ser pagos mas assumem que não têm conseguido ainda abranger muitos munícipes nestes encontros.

*“Munícipes como sempre viveram sem esclarecimento, sem saber como funciona o Estado e de repente chega o município e eles pensam que tudo quanto se realiza deve ser o Estado a realizar e eles pensaram que criados os municípios os fundos do Estado seriam canalizados para o município para realizar as suas necessidades sem perceber que o município deve agir e sobreviver com fundos locais que devem vir da contribuição dos munícipes. Por isso esta componente de sensibilização é muito importante, para que o munícipe compreenda que só depois de dar o seu contributo pode exigir ao município as realizações, para ver que a sua contribuição pode trazer benefícios.”*

(Casimiro Portugal – Presidente do Conselho Municipal)

#### Espaços de discussão e interacção entre órgãos municipais e munícipes, acesso a informação e divulgação de informação sobre matérias fiscais

30. Afixam receitas diárias, mensais e anuais na vitrina do CM e partilham informação financeira durante as sessões da AM que após a sua leitura é distribuída a todos os membros da AM e outros convidados (trimestralmente divulgam um informe à AM sobre as despesas efectuadas e as receitas cobradas assim como actividades executadas).

31. No entanto, relativamente a esta situação o Presidente da Assembleia Municipal considera a divulgação de receitas ainda bastante fraca e afirma que este factor desmotiva os munícipes para o pagamento de taxas e impostos.

*“De certa forma, ao disponibilizarmos os documentos a todos os 17 membros da AM, assumimos que eles como representantes do povo divulgam aos munícipes, pois esse é o seu papel, e que depois das sessões eles vão aos bairros divulgar o orçamento aprovado, o plano de actividades aprovado então acreditamos que os munícipes têm acesso a essa informação.”*

(Valdemar Baptista – Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Municipal)

32. O Vereador de Finanças explica que, apesar dos esforços feitos, a divulgação que realizam ainda não é a desejada e que, através do exemplo de Nampula, o CM criou uma página no *facebook*<sup>4</sup> que quer usar como plataforma para divulgar informação financeira e de interesse dos munícipes, para que estes possam ter acesso não apenas aos balancetes, mas também aos orçamentos, planos, realizações do CM, entre outras informações.
33. Segundo o vereador o CM quer acompanhar a era digital em que vivemos e oferecer aos munícipes mais jovens maior possibilidade de participação através de meios e espaços que lhes são mais familiares pois assume que a falta de vitrinas e sedes nos bairros faz com que muitos documentos não cheguem aos munícipes.
34. Esta ausência de espaços públicos de partilha de informação como jornais de parede representa uma oportunidade para que o MuniSAM possa apoiar o CM na implantação de jornais de parede a nível dos bairros para melhorar a divulgação e disseminação de informação.
35. Como resultado da fraca divulgação e disseminação de informação o grau de acessibilidade (compreensão, clareza, detalhe, relevância) do Plano e Orçamento do Município pelos munícipes é baixo. No entanto, para colmatar este vazio, o CM pretende, segundo o Vereador de Finanças *“fazer uma planificação bairro a bairro”*.

<sup>4</sup> <https://www.facebook.com/groups/749458315091859/>

### Participação da comunidade no Orçamento do Município

36. De acordo com o entrevistado nas planificações anteriores o CM baseava-se mais no manifesto eleitoral, no entanto, após terem investido na construção de um mercado num bairro municipal (conforme constava no manifesto) e o mesmo não ter sido usado pela população perceberam (após consulta com os munícipes) que nesse bairro não existem vendedores suficientes que justifiquem o mercado.

*“Percebemos que não fomos cuidadosos com o levantamento de quantos comerciantes, com a vontade da população, se era o que eles queriam. Depois percebemos que precisamos de um plano de cada bairro, queremos que eles estejam envolvidos nas actividades dos seus bairros para que também sintam a responsabilidade para com as realizações. Agora queremos transformar aquele mercado em salas de aula e agora fizemos muitas reuniões la e eles concordam.”*

(Fernando Victor – Vereador de Administração, Economia e Finanças)

### Capacidade dos membros da Assembleia Municipal para fiscalizar matérias de gestão financeira

37. A AM monitora e fiscaliza a implementação dos planos e orçamento pelo CM, de acordo com os gestores municipais contactados que explicam que no diz respeito à capacidade dos membros para rever e avaliar planos e execução do orçamento, de documentar as suas constatações e de comunicá-las ao Conselho Municipal e ao público a mesma ainda é fraca pois esta fiscalização é de carácter muito técnico e seria necessário, de acordo com o Chefe do Gabinete do PCM uma capacitação nesta matéria à qual os membros da AM nunca tiveram acesso.



Figura 6 – Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Municipal

38. Em termos de fiscalização a nível dos mercados o Chefe da Comissão de Finanças explicou à equipa que *“em tempos fizemos um trabalho conjunto*

*entre CM e AM em que o CM ia ao mercados cobrar e AM ia também fiscalizar o que se cobrou naquele dia conforme os canhotos mas depois interrompeu-se e não se retomou, confrontamos apenas os relatórios financeiros que o CM nos apresenta mas no terreno em si não fiscalizamos.”*

39. Os membros da AM afirmam que nunca tiveram acesso aos relatórios das auditorias externas, apesar de, os actores do Conselho Municipais contactados terem afirmado que não partilham os relatórios mas que partilham as recomendações deixadas.
40. Os testemunhos durante as entrevistas transpareceram que existem dúvidas sobre as obrigações ou trâmites legais de partilha de relatórios de auditoria por parte do Conselho Municipal ao Órgão Fiscalizador e demais interessados (munícipes).

### COMPONENTE C - GOVERNAÇÃO MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

Esta subsecção representa o principal enfoque da intervenção do MuniSAM junto do PRODEM – Responsabilização Social, a Monitoria pelos Cidadãos aos processos de gestão de recursos públicos e o engajamento dos mesmos nos processos de governação municipal. Assim, a equipa analisou os seguintes aspectos:

- O conhecimento pelos cidadãos municipais e funcionários dos Órgãos Municipais sobre direitos e deveres e sobre práticas de responsabilização social;
- A existência de grupos cívicos envolvidos em processos de monitoria de responsabilização social e de governação municipal e a avaliação do seu nível de conhecimento e engajamento em torno dos mesmos;
- O nível de interacção e engajamento entre Grupos cívicos e Órgãos Municipais em torno dos processos de monitoria de responsabilização social e de governação municipal;
- Nível de conhecimento e de capacidade das Assembleias Municipais (assim como das Comissões de trabalho) e dos Conselhos Municipais para realizarem em pleno, as suas funções;
- As dimensões da participação dos munícipes nos espaços de funcionamento promovidos pelos Órgãos municipais e o conseqüente nível e capacidade de engajamento pelos cidadãos municipais;
- Tipos de, e espaços existentes de divulgação e disseminação de informação aos munícipes em geral.

### Nível de participação, e engajamento, dos cidadãos na governação municipal

41. Para lidar com o afastamento sentido pelo CM, entre os munícipes e este órgão, estão a ser criados grupos a nível dos bairros chamados Conselhos de Participação, os grupos foram criados mas ainda não são funcionais conforme explicado na subsecção anterior.
42. O CM tem também um projecto de fazer a planificação 2017 baseada numa abordagem de planificação participativa através de reuniões públicas em cada um dos bairros municipais e da divisão de grupos de jovens, mulheres e homens para que as prioridades de cada grupo possam ser discutidas.
43. Todas estas estratégias demonstram a evidente vontade que o Município de Chiúre tem em mitigar os maiores desafios sentidos a nível da governação local: a fraca participação dos munícipes nas actividades do CM nos bairros e nas reuniões públicas que resulta numa fraca auscultação de necessidades e consequentemente numa planificação que não responde aos desejos dos munícipes; e, o fraco acesso a informação relevante pelo munícipe devido à incapacidade do município em melhorar (e aumentar) os canais de divulgação e que tem implicações graves nos processos de recolha de receitas e gestão ambiental e na adopção, pelos munícipes, de boas práticas.

### Capacidade dos membros da Assembleia Municipal para fiscalizar o desempenho do Conselho Municipal

44. Aliado a estes desafios mencionados está a fraca capacidade e conhecimento dos membros da AM para fiscalizar as áreas de meio ambiente e finanças. A AM fiscaliza os planos do CM e verificam segundo os entrevistados a qualidade daquilo que foi realizado.
45. No entanto, quanto ao orçamento admitem que enfrentam muitas dificuldades por falta de capacidade. O vice-presidente afirma até que *“há actividades que nos dizem [o Conselho Municipal] que o orçamento não foi suficiente mas não temos capacidade para analisar e perceber como é que foi gasto, confiamos naquilo que o CM diz, só vemos os papéis. Na gestão das Finanças por exemplo a UGEA não inclui a AM e nós não sabemos se existe UGEA – aceitamos ver os relatórios mesmo que muitas vezes não percebemos.”*

*“Nunca tivemos formação sobre legislação municipal e geral relevante apenas guiamo-nos pela Colectânea de Legislação Autárquica – quando temos uma dúvida vamos consultar este documento mas precisamos de maior esclarecimento e explicação sobre os requisitos e normas. Até sobre o papel de controlo e fiscalização vamos fazendo conforme a lei cita mas nada de muito aprofundado – quando fiscalizamos uma obra vamos lá e só vemos se a obra está a ser feita mas nada mais.”*

(Daniel Faque – Presidente da Assembleia Municipal)

46. Por curiosidade a equipa questionou se alguma vez um documento não havia sido aprovado ao que a Mesa da AM nos explicou que isso nunca aconteceu. Segundo o Presidente da Assembleia *“já aconteceu pedirmos para melhorarmos documentos antes de aprovarmos nas sessões, mas sempre aprovamos. Algumas vezes eles até acatam as recomendações mas existe morosidade para retornar o documento antes de ser melhorado.”*
47. O Presidente da Assembleia Municipal e o Vice-presidente explicaram que não possuem termos de referência para as Comissões de Trabalho mas têm um Regimento das Comissões que adaptaram de outros Municípios aquando da sua constituição e baseiam também as suas acções no Guião de Governação.
48. As Comissões de Trabalho ainda não elaboram os seus planos de actividades de fiscalização às actividades do Município, ainda é um plano geral, mas produzem o seu relatório de actividades no terreno e apresentam nas sessões.
49. Em termos de funcionamento institucional da AM a equipa pode concluir que existem ainda muitas práticas que precisam ser introduzidas e apropriadas pelos membros e que tem o potencial de garantir o melhor funcionamento da AM tal como, por exemplo, a elaboração de planos de trabalho por comissão.
- [Espaços de discussão e interacção entre órgãos municipais e munícipes, acesso a informação e divulgação de informação sobre governação](#)
50. Os entrevistados demonstraram que o CM ainda não faz uma boa divulgação do Plano e Orçamento.
51. O Chefe da Comissão de Finanças explicou que *“acredito que os munícipes no geral não saibam o que é o Plano e o Orçamento, eles só querem ver realizações, eles acreditam que o Município tem muito dinheiro e não demonstram perceber que documentos são esses. Estes documentos estão disponíveis no CM para*

*consulta, porque segundo o nosso regimento os munícipes devem ter acesso a ter este documento tanto no CM como na AM, aqui na AM estão disponíveis.”*



*Figura 7 – Chefe da Comissão de Finanças da Assembleia Municipal de Chiúre*

52. Segundo os Vereadores os membros da AM têm a vontade, e até certo ponto, a capacidade, de verificar cuidadosamente os documentos produzidos pelo CM no entanto identificaram uma lacuna na parte de divulgação e na assistência que deveriam aos bairros que representam, nos temas que deveriam focar nos encontros dos bairros, em como transmitir preocupações dos munícipes, e, assumem que não tem preparação para interagir com munícipes nem esclarecer o que eles próprios aprovaram.
53. O Presidente e Vice-Presidente da AM afirmaram, no entanto que as dificuldades de maior divulgação estão relacionadas a desafios em termos de meios de deslocação dos membros o que os impede de visitar os bairros com mais frequência e divulgar mais de perto esta informação aos munícipes e que as restantes carências em termos de habilidades de interação com os munícipes estão relacionados com a falta de capacitação dos membros da AM para o efeito.



Figura 8 – Presidente e Vice-presidente da Assembleia Municipal junto do edifício do órgão legislativo

54. Por outro lado, explicaram que quando o CM submete o plano à AM antes da sessão, as bancadas começam a analisar e avaliar os documentos e que na sessão argumentam aquilo que constataram e abrem espaço para o CM argumentar os seus motivos. Depois da sessão os membros da AM voltam a reunir-se para decidir a aprovação. Depois de aprovado este é um documento da responsabilidade do CM, mas também da AM e por isso deve caber aos dois órgãos a responsabilidade de o divulgar na comunidade e não apenas à AM.
55. O Presidente da AM, em conversa com a equipa, explicou que divulgam na rádio as datas das sessões e também os conteúdos das sessões, afirmação que foi confirmada pelo locutor da rádio contactado.
56. O locutor da rádio contactado confirmou que a rádio “*divulga orientações que o CM quer passar aos munícipes nas áreas de saúde, educação cívica, e também divulgamos realizações do Plano, o valor gasto. Às vezes fazem debates sobre assuntos do interesse municipal, já divulgaram aqui as receitas que foram colectadas dos mercados, das taxas e impostos que deve-se pagar, quem deve pagar quais impostos e quais taxas são aplicáveis a cada tipo de vendedor por exemplo) – todas as semanas. E também divulgamos informação da AM por exemplo quando se vai realizar uma sessão, e depois o que se discutiu lá porque sempre um dos nossos colegas vai lá para assistir*”. O entrevistado explica também que a rádio abrange todos os bairros municipais e é um meio de comunicação muito usado pelos munícipes da Vila de Chiúre.

### Grupos cívicos que trabalham a nível municipal em matérias de Responsabilização Social

57. Não há nenhum grupo cívico que trabalhe em matérias de Responsabilização Social e de facto nenhuma OSC trabalha a nível do Município – apenas a nível distrital. Segundo o Gestor da Wiwanana esta situação prende-se com o facto de o Município ser recente mas as organizações da SC já estarem no distrito há mais tempo e não devido a entraves causados pelo ou conflitos com o Município.
58. Já o Oficial de campo da ASOCAP em Chiúre argumenta que actualmente ninguém a trabalhar a nível do Município, e que apesar de concordar com a afirmação da WIWANANA sobre os motivos por detrás dos grupos cívicos trabalharem mais a nível do distrito declara que o Município já tem 4 anos e que nunca sentiu que houve essa abertura por parte do CM para criar sinergias com OSC locais.

*“As organizações da sociedade civil trabalham a nível do Distrito por uma questão de tradição pois Municípios são novos mas nós já estamos aqui há muito tempo. Não há interacção ainda com o Município porque por exemplo nós trabalhamos na área de saúde, a saúde ainda não foi transferida para competência do Município e continuamos a trabalhar com instituições do governo do distrito que diz que ainda não há condições nem recursos humanos para eles assumirem estas competências. Mesmo a nível de abastecimento de água em Chiúre a competência ainda está na infra-estrutura distrital ainda nem compete ao Município a gestão do próprio Município por si só, ainda está tudo centralizado, pelo menos os serviços básicos.”*

(Roque de Aguiar – Gestor de Programas da Fundação Wiwanana)

### Sistema de tratamento de Petições

59. Em entrevista aos Vereadores estes explicaram que o CM recebe muitas reclamações e petições sobre conflitos e problemas relacionados com posse de terra, dupla venda de terrenos, heranças VS compras recentes, terrenos sem uso algum que poderiam ser usados pelo município.
60. Segundo o chefe do gabinete do Presidente do Conselho Municipal o CM recebe as petições, que são depois compiladas trimestralmente e enviadas para o MAE-FP com conhecimento da Secretária Provincial para serem partilhadas com o Conselho de Ministros – na compilação que enviam ao MAE-FP informam sobre o andamento da resolução dessas petições.

61. Conforme explica a Mesa da AM existem munícipes que se dirigem à AM para submeter reclamações e o papel da AM tem sido a sensibilização dos munícipes para submeterem as petições por escrito à AM. Depois o secretariado compila e a Mesa convoca as pessoas envolvidas e tentam remediar através de auscultação sobre o problema e depois dão o seu parecer sobre a actuação e enviam ao Presidente do CM e à Vereação.
62. O Presidente da AM explica que os cidadãos dirigem-se à AM para fazer estas reclamações depois de já terem tentado solucionar via CM, e que por isso a AM é como um ultimo recurso. No entanto, reclama o facto de após a resolução ter sido tomada ninguém os contacta sobre o ponto de situação que se o cidadão não volta eles tomam o caso como resolvido.

## Conclusões e Reflexões Finais

Esta secção apresenta um sumário das principais constatações relativas ao quadro de responsabilização social e aos principais desafios, por Componente, no Município da Vila de Chiúre.

Em jeito de conclusão, achamos importante mencionar que, do que a equipa procurou apurar acerca da opinião das organizações da sociedade civis locais sobre, entre outros, quais os benefícios visíveis da Municipalização para a melhoria de vida dos munícipes de Chiúre, o nível de acesso a informação pelos munícipes e a regularidade da realização de sensibilizações os entrevistados explicaram que:

*“O que eu posso dizer é que nos ao interagirmos com munícipes sentimos que a Municipalização trouxe diferenças para a melhoria de vida – vila mais limpa, mais bonita, pessoas mais conscientes de educação cívica básica, cruzamentos, sinalização, nalgumas coisas vemos diferença, mercado está mais organizado. A Municipalização também trouxe uma nova visão para o ordenamento territorial que é um problema gravíssimo em Chiúre, ainda é uma fraqueza deste Município.”*

(Roque de Aguiar – Gestor de Programas da Fundação Wiwanana)

*“Já ouvi informação na rádio sobre o Município, era uma sensibilização dos vendedores com barracas ao longo das ruas para que demolissem e fossem recolocá-las nos sítios indicados mas julgo que os munícipes não têm conhecimento real sobre o que é o Conselho Municipal, como funciona, o que faz, ainda há muitas lacunas no acesso a informação. Nunca ouvi nada relativamente a receitas, nem receitas colectadas, nem impostos cobrados, nem campanhas de sensibilização, este tipo de informação é que deveria estar a ser divulgada pois isso seria o feedback do Município sobre onde está a ser alocado a contribuição dos munícipes. Os munícipes não têm conhecimento sobre o que é o Plano e Orçamento, quem conhece está relacionado com outras abordagens dos seus trabalhos (Secretários de bairro, pessoas que interagem com CM e com AM), o munícipe comum ainda não percebe como se faz a gestão municipal e eu acredito que isto está relacionado com a fraca divulgação de informação sobre o funcionamento do município e a fraca sensibilização do cidadão. Estou completamente isento de informação sobre a AM e isso demonstra de certa forma o afastamento que existe.”*

(Vasco Gonzaga – Oficial de campo da ASOCAP em Chiúre)

De forma resumida acreditamos no papel do MuniSAM e da sua intervenção para ultrapassar os principais desafios que o Município de Chiúre enfrenta, grande parte deles pelo facto de ser um Município recente. Entre outros, esperamos que a iniciativa do MuniSAM possa contribuir para a aproximação entre os órgãos municipais e munícipes, criando canais eficientes e efectivos e espaços onde possa existir maior divulgação e disseminação de informação relevante e discussão em torno do desenvolvimento da Vila de Chiúre.

Verifica-se a nível do Município uma enorme ausência de uma sociedade civil organizada, que poderia ser colmatada com a existência de um Comité de Monitoria de Responsabilização Social. Este grupo cívico poderia, para além de aproximar actores de ambos os lados, ser promotor de maior acesso a informação, assim como, da adopção de melhores práticas pelos munícipes, contribuindo assim para mitigar os principais desafios identificados, tais como:

- Meio ambiente (*falta de espaços de discussão entre município e munícipes; fraca divulgação e disseminação de informação relevante; fraco apoio por parte da sociedade civil para ultrapassar desafios*);
- Gestão financeira (*insuficiente capacidade de cobrança de receitas; fraca divulgação de informação fiscal; necessidade de maior sensibilização dos munícipes sobre esta matéria*);
- Participação e engajamento do cidadão (*insuficientes meios e espaços de divulgação de informação e consequentemente do acesso a informação pelos munícipes; desconhecimento do processo de municipalização pelos munícipes; fraca participação cívica nos espaços promovidos pelo Município; afastamento entre membros da AM e munícipes; lacunas na capacitação dos*

*membros dos órgãos municipais sobre Responsabilização Social, papel e responsabilidades, entre outros).*

Espera-se que as actividades planificadas no âmbito do PRODEM contribuam para resolver parte significativa das questões encontradas. É preciso reduzir o afastamento entre órgãos municipais e munícipes, expandir os espaços de interacção, melhorar os espaços e meios de divulgação e disseminação de informação relevante, fortalecer as capacidades existentes, melhorar os actuais processos de governação, potencializar o nível de participação dos munícipes nos espaços de governação municipal existentes mas também melhorar o conhecimento, por parte dos munícipes, sobre os seus papéis e responsabilidades principalmente nas áreas do meio ambiente e colecta de receitas.

Esperamos que a intervenção de responsabilização social proposta pela implementação da metodologia do MuniSAM e do PRODEM possa contribuir para oferecer outra dinâmica ao Município da Vila de Chiúre.

A transparência nas contas públicas e processos decisórios, o acesso à informação e a participação do cidadão são alguns dos elementos fundamentais da boa governação. E um pouco por todo o mundo, há registo do impacto que a má governação tem sobre a vida dos Estados. Exemplos incluem crises políticas cíclicas, crises nos preços de produtos básicos, crises na qualidade dos serviços públicos prestados, a queda do nível de vida dos cidadãos, o aumento da pressão sobre os grupos mais vulneráveis, a ausência de integridade pública, entre vários outros males.

Quando falamos de Responsabilização Social no nível municipal, estamos a falar sobre a oportunidade que os munícipes têm, conforme estabelece a Constituição da República e demais legislação, de interagir com os entes públicos municipais à volta da forma como estes executam as decisões, acções e contas municipais para a satisfação das necessidades dos munícipes. Esta é a finalidade da Componente de Responsabilização Social no âmbito do PRODEM.

## Anexos

### Anexo A - Bibliografia

Nº	Descrição
1	Plano de Actividades 2014, 2015 e 2016 – CMVC
2	Reprogramação de Fundos do Plano Anual de 2014 (CMVC)
3	Reprogramação do Orçamento de 2015 (CMVC – Agosto 2015)
4	Regulamento Interno do CM da Vila de Chiúre (Agosto 2014)
5	Conta de Gerência 2014, 2015
6	Balancetes 2016
7	Relatório da Conta de Gerencia relativa ao exercício económico de 2015
8	Matriz de Petições 2016
9	Proposta de Informe de actividades do CM da Vila de Chiúre referente ao 3º trimestre, Julho a Setembro de 2016 – CMVC
10	Regimento da AMVC (Março 2014)
11	Plano Operativo da AMVC para o Ano 2017
12	Acta da II sessão ordinária da AMVC, 29/06/2016
13	Vinculação dos membros da AM em Comissões de Trabalho nos Bairros do raio autárquico
14	Relatório de campo ao Bairro Namiúta – AMVC (14.06.2016)

## Anexo B - Lista de Entrevistados

Nº	Nome	Cargo	Contacto
1	Casimiro Portugal	PCM Chiúre	843123091/ 861101699
2	Valdemar Baptista	Chefe do Gabinete do PCM	846939889)
3	Fernando Victor	Vereador Administração, Finanças e Economia	<a href="mailto:victor.fernando58@yahoo.com">victor.fernando58@yahoo.com</a> / 865001094
4	Conde Abreu Madopeia	Chefe de Contabilidade	
5	Filomena Ismail Jacu	Vereadora Meio Ambiente, Salubridade, Saúde e Mulher e Acção Social	865008133, 844667552
6	Hermínio Hugo	Vereador de Educação, Cultura, Desporto e Juventude	825401517
7	Daniel Faque	PAM – Chiúre	824291220, 875926346, <a href="mailto:faquedaniel14@gmail.com">faquedaniel14@gmail.com</a>
8	Lopes Abibo	Vice PAM	861288972
9	João Manuel Sinalo	Chefe da Comissão de Finanças da AM	872377147
10	Vasco Gonzaga	Oficial de campo da ASSOCAP em Chiúre	
11	José Manuel Cabuela	Técnico da AMA	861772464
12	Afonso Mar	Locutor de língua Macua da rádio e televisão comunitária de Chiúre	860029551
13	Roque de Aguiar	Gestor de Programas da Fundação Wiwanana	827733210

## Mapeamento Inicial de Base, Município de Chiúre

